

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 111
Outubro – 2009

SUMÁRIO

- 3 **Honduras e o retorno de Tio Sam**
Honduras and the return of Uncle Sam
JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA
- 5 **Pré-sal e suas ameaças: imaginárias e reais**
Presalt and its threats: imaginative and real
GUNTHER RUDZIT; OTTO NOGAMI
- 9 **Mudanças Históricas no Sistema Internacional**
Historical Changes on International System
JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
- 13 **Barack Obama: o polêmico Nobel da Paz**
Barack Obama: the controversial Nobel Peace Prize
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES
- 15 **O BRIC que corre o risco de ser RIC**
BRIC runs the risk of becoming RIC
ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO
- 17 **As estratégias por trás da parceria estratégica Brasil-União Européia**
The strategies behind the strategic partnership Brazil-EU
CLARISSA FRANZOI DRI
- 19 **Eleições realinham o cenário político-partidário na Alemanha**
Elections realign party political scene in Germany
SOLANGE REIS FERREIRA
- 21 **Brasil se consagra sede olímpica – Rio 2016: Auge de uma potência?**
Brazil is consecrated Olympic host – Rio 2016: Peek a power?
VITOR STUART GABRIEL DE PIERI; JUAN B. SCARTASCINI DEL RÍO
- 23 **O Segundo Eclipse do Sol Nascente: as origens das décadas perdidas do Japão**
The Second Eclipse of the Rising Sun: the origins of Japan's lost decades
ROGÉRIO MAKINO
- 26 **E o Nobel da Paz vai para... Obama?!**
And the Nobel Peace Prize goes to... Obama?!
FERNANDO CAVALCANTE
- 28 **Recentes prisões marcam boa fase dos últimos anos do Tribunal de Arusha**
The late arrests mark the Arusha tribunal good moment in its last years
AMANDA REZENDE
- 31 **Separando o jurídico do político: a responsabilidade do Brasil na crise hondurenha**
Separating the legal from the political: the responsibility of Brazil in the Honduran crisis
THOMAZ FRANCISCO SILVEIRA DE ARAUJO SANTOS

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 111 – Outubro – 2009

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2009 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraés

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Honduras e o retorno de Tio Sam

Honduras and the return of Uncle Sam

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 3 a 4]

Honduras, país de importância modesta para os grandes atores do teatro internacional, fez-se centro de crise em 2009. Crise rima com América Central. Nos tempos da Guerra Fria emergiu a crise da Guatemala de 1954. Foi lá o primeiro experimento das *cover operations* da CIA na América Latina. Um regime político que propunha modernização social foi substituído por um regime de exceção, sob a batuta de Washington. Tio Sam exportava valores e armas para as elites bananeiras e cafeeiras.

Da guerra do futebol entre Honduras e El Salvador às mudanças políticas nos anos 1980, como a elevação da ideologia sandinista, as influências cubanas, entre outros casos, caracterizam a história das relações internacionais da América Central. Mas apesar dos governos mais à esquerda na região nos dias de hoje, a marca histórica da inserção internacional de tais países é a obediência religiosa aos ditames ianques.

Os Estados Unidos, garante da ordem, elegeram o México como o mediador de seus interesses. Tocava aos mexicanos o controle intermediário das potenciais “migrações perigosas” de gente de tais países. Cumpriu bem o México seu papel nos anos 1980 e 1990. Mas perdeu esse papel nos últimos anos.

No vácuo de poder na América Central entraram vários novos atores, como o Brasil e seus empresários, a Venezuela e sua ideologia, e eventualmente o longínquo Irã, com sua ativa embaixada em Manágua. A América Central ficou no vácuo entre uma área de formação de integração na América do Sul e a ane-

xação diplomática e comercial exercida pelos Estados Unidos no México por meio do TLC.

Tio Sam retorna gradualmente a América Central. Obama, cuidadoso em evitar interferências explícitas, já atua fortemente nos bastidores para garantir a tendência de solução da crise que se alastra há várias semanas. Em que consiste a estratégia norte-americana? Primeiro deixaram os embaixadores da OEA desfilarem seus cordões de argumentos a favor de uma solução negociada entre as partes pela boa vontade dos dois presidentes em contenda. Sabia-se que isso não prosperaria dado o grau de entrenchamento de posições.

Segundo, os diplomatas norte-americanos resolveram trabalhar com o fator tempo, fator essencial na política internacional, sabendo que tudo se dilui no decurso do prazo. Terceiro e último, e o mais importante, iniciou nesses dias a fase das pressões diretas, embora mais discretas que os métodos do tempo do porrete ou das *cover operations*. Apostam na permanência do governo de fato em Honduras e estão tratando de garantir as eleições que se aproximam. Realizadas as eleições, a feição de Honduras será outra, será o do vencedor do escrutínio, será a nova quadra histórica, sem Zelaya ou Micheletti.

Lição da história: o velho Tio Sam, tido como personagem do passado, vem demonstrando inteligência tática. Exibindo poder demais e bom conhecimento de campo das elites da América Central, propõem os negociadores norte-americanos uma saída pela via do novo tempo, pós-eleitoral, com o candidato escolhido

* Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (fsaraiva@unb.br)

no sufrágio de novembro. Não estamos longe de uma solução oriunda do decurso do prazo.

Recebido em 29/10/2009

Aprovado em 30/10/2009

Resumo: O artigo trata da recente crise política de Honduras. Nesse sentido, avalia o comportamento dos Estados Unidos no evento.

Abstract: The article deals with the recent political crisis in Honduras. It analyzes the behavior of the United States in the event.

Palavras-chave: Honduras, Estados Unidos

Key words: Honduras, United States



Pré-sal e suas ameaças: imaginárias e reais

Presalt and its threats: imaginative and real

GUNTHER RUDZIT*
OTTO NOGAMI**

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 5 a 8]

Nos últimos dois anos a mídia brasileira deu muito destaque às descobertas das novas reservas petrolíferas nas Bacias de Santos e Campos, mais conhecidos como a área do pré-sal. Muito também tem sido falado sobre os interesses estrangeiros, mais especificamente o norte-americano, por esta gigantesca reserva, que até o momento não se sabe ao certo qual o tamanho e conseqüente potencial de produção.

Sem dúvida alguma, esta descoberta terá a capacidade de modificar a percepção acerca do Brasil no sistema internacional, tanto do ponto de vista político, quanto econômico. Contudo, a fim de se elaborar uma análise mais próxima da realidade e não de meras especulações, faz-se necessário examinar as análises do próprio governo americano, para se poder determinar se as nossas análises estão corretas ou não.

A economia capitalista é movida a energia, e, sem dúvida alguma, a americana é baseada no petróleo. Por isso mesmo este tema faz parte das agendas econômica, diplomática e de segurança nacional de Washington. Contudo, partir deste princípio e aludir que os norte-americanos vêem as novas descobertas com a ganância suficiente para tomá-la, é temerário, principalmente quando estas afirmações são dadas por representantes do Estado brasileiro. Em um espaço de tempo de três dias duas afirmações neste sentido se destacaram, como o diretor de exploração

e produção da Petrobrás, Guilherme Estrela, diz que a volta da quarta frota pode ser considerado uma ameaça (TEREZA, PAMPLONA e LIMA: 2009), ou então o próprio Presidente da República, que o País tem grandes patrimônios como a Amazônia e o pré-sal e precisa defendê-los.¹

Diante de tantas insinuações acerca das intenções do governo norte-americano em relação à nova descoberta petrolífera em nossa zona econômica exclusiva (ZEE), há uma forma mais fácil e direta. Para saber se o governo americano realmente percebe as reservas petrolíferas brasileiras como uma fonte de energia estratégica para manter sua economia funcionando, o primeiro órgão que se deve pesquisar é a Energy Information Administration (EIA).² Este órgão tem como responsabilidade oferecer dados primários, estatísticas e análises sobre o setor de energia como um todo para o governo americano, tanto para o executivo quanto para o legislativo. Sem dúvida alguma, o setor de petróleo é um dos mais importantes, e representa a grande preocupação da administração do governo norte-americano.

A primeira constatação deste órgão é que o consumo mundial de petróleo deverá passar de 85 milhões de barris/dia para 107 milhões/dia em 2030.³ Deste crescimento, 80% serão dos países não-membros da OCDE (sigla em inglês da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) na Ásia,

* Doutor em Ciência Política pela USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais da FAAP- SP, Professor de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e do MBA do IBMEC-SP (grudzit@yahoo.com).

** Mestre em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorando em Engenharia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do IBMEC-SP (Otton@isp.edu.br).

1 <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/09/18/lula-defende-que-brasil-aumente-seu-poder-de-defesa-767669637.asp>

2 www.eia.doe.gov

3 www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/pdf/liquid_fuels.pdf

principalmente China e Índia. O setor de transportes será o maior responsável por este aumento.

A partir destes dados, a EIA apresenta três cenários prospectivos. O primeiro deles é com o preço do barril chegando ao ano de 2030 com o preço de U\$ 200 o barril, o segundo cenário, que é o referencial, chegando à mesma data com preço em US\$ 130, e o último cenário com o valor de U\$ 50. Seguindo o cenário referencial, a previsão é de que a partir de 2013 o preço mantenha-se sempre acima dos US\$ 100 o barril.

Para manter o mercado abastecido, é previsto que tanto os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) quanto os não-membros devem aumentar suas produções. Contudo, dois países membros devem, segundo a EIA, ter problemas para manter este aumento a partir de 2015. São eles o México e a Venezuela, que, devido às políticas setoriais adotadas até agora, não se vislumbram os incentivos necessários para que empresas privadas invistam no aumento de suas produções.

As principais bacias petrolíferas que apresentam condições de aumentar suas produções são as do Mar Cáspio e da América do Sul, sendo que os países não-membros da OPEP que devem ter aumento na sua produção são representados pelo Brasil, Cazaquistão e Rússia. Além disso, os próprios Estados Unidos devem aumentar também sua produção doméstica, principalmente nas águas ultra profundas do Golfo do México. O Canadá também será um grande exportador, mas de petróleo extraído de rochas betuminosas.⁴

Dentro deste contexto, atenção especial é dada ao Brasil, definido como o país que apresentará o segundo maior aumento na produção até 2030, devendo ficar atrás somente dos Estados Unidos. O relatório anual da EIA destaca as recentes descobertas no pré-sal, referindo-se diretamente aos campos gigantes de Tupi, Guara e Iara, mas também faz menção às mudanças regulatórias que começam a ser estudadas pelo governo brasileiro.

Assim, a agência americana faz duas projeções em relação ao caso brasileiro. O primeiro tem como premissa o alto preço do barril e grande restrição ao capital privado, o que faria a produção crescer 3% ao ano e chegar em 2030 com 2,1 milhões de barris/dia a mais do que produção atual. Já o segundo cenário tem como premissas preços baixos e a manutenção da abertura ao capital privado, o que faria a produção crescer 5% ao ano e chegar em 2030 com produção adicional de 4,1 milhões de barris/dia.

Além do petróleo, a produção de etanol também é analisada. Para este combustível há o destaque de que o etanol brasileiro é o mais produtivo e competitivo hoje em dia, e que a produção deverá continuar a crescer mais do que o consumo interno, fazendo com que as perspectivas para as exportações cresçam. Mas, novamente, dois cenários são apresentados, o de alto preço do petróleo beneficiaria a produção de etanol, que chegaria em 2030 a 1,3 milhão de barril/dia, enquanto que no cenário de preço do petróleo baixo, a produção chegaria no mesmo ano a somente 0,8 milhão/dia. E para o Brasil há um fato muito importante, nenhuma menção é feita em relação a possíveis exportações para os Estados Unidos.

Outro relatório muito interessante desta mesma agência é a lista dos maiores exportadores de petróleo para os Estados Unidos no mês de agosto de 2009.⁵ As importações são cotadas em milhões barris/dia, e em ordem decrescente, são: Canadá com 2.001; Venezuela com 1.119; México com 1.099; Arábia Saudita com 902; Nigéria com 769.

Um fato interessante nesta lista, é que o Iraque só aparece em sétimo lugar, com importações de 374 mil barris/dia. Por outro lado, fica claro também que, mesmo se colocando com o inimigo dos Estados Unidos, a Venezuela é segunda fonte de petróleo dos Estados Unidos, sendo que só o presidente Hugo Chávez é vê ameaça nessa relação. Ainda mais que as exportações de petróleo e refinados ao mercado americano equivalem a 60% do total, além de que, a

⁴ Este processo se dá quando o xisto betuminoso, que é uma rocha sedimentar e tem de 5% a 10% de petróleo na sua composição, é aquecido fazendo com que o óleo se separe e possa ser refinado, fazendo com que seu custo seja muito mais alto do que o petróleo extraído normalmente.

⁵ www.eia.doe.gov/pub/oil_gas/petroleum/data_publications/company_level_imports/current/import.html

estatal petrolífera venezuelana a PDVSA (Petróleos de Venezuela, S.A.) é proprietária de quatro refinarias e participação acionária em outras quatro (ALVAREZ e HANSON: 2009).

Portanto, em uma relação econômica tão forte e importante como é a de Estados Unidos e Venezuela, com grande interdependência econômica, é muito pouco provável que um presidente americano tente usar a força a fim de ter acesso ao petróleo venezuelano. Esta ação causaria mais prejuízos econômicos do que qualquer ganho relativo, o que torna tal hipótese muito fraca.

Com a possibilidade de acesso a outra fonte de petróleo de boa qualidade e de um fornecedor estável política e economicamente como o Brasil é, pode-se extrapolar duas hipóteses. Primeira, que haveria o interesse de trocar a dependência parcial em relação à Venezuela pelo petróleo brasileiro; e a segunda, de que a mesma impossibilidade de uso da força seria aplicada à nova relação. E esta não poderá ser ameaçada pela tão propalada quarta frota.

Esta estrutura militar existe somente no organograma do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Ela não tem nenhum navio designado e nem forças expedicionárias permanentemente e muito menos nenhum porta-aviões, como os outros comandos militares têm. Desde que foi lançada, teve aumento de staff de quarenta pessoas, passando a contar com cento e vinte militares. O que mais chama a atenção é que no seu quartel general a quarta frota tem oficiais de ligação do Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru, além de representantes de Argentina, México e Uruguai na Naval Telecommunications Network (IANTN), o sistema de tráfico de mensagem compartilhado entre todas as marinhas da América latina.⁶ Portanto, tendo a presença de militares sul-americanos, e em especial um brasileiro, na sua sede, seria de se supor que estes possam perceber qualquer motivação estratégica no Comando Sul, o que até agora não foi noticiado.

Portanto, se existe uma ameaça, ela está na esfera econômica. Quando toda a gigantesca infraestrutura de exploração comercial estiver pronta, o que deverá acontecer em dez ou quinze anos, o

grande mercado americano poderá estar caminhando para a substituição do petróleo como fonte de energia de transporte.

O presidente Barack Obama tem planos para buscar a independência americana do petróleo, com três ênfases, desenvolvimento de novas formas de energia, estabelecer padrões de eficiência de combustível e regular emissões de gases de efeito estufa (WASHINGTON POST: 2009). E esta nova política já começou, com a discussão sobre a efetividade do plano e, principalmente, pelo aumento de um novo ingrediente, a preocupação com o aquecimento global (MUFSON: 2009). Tanto que, dia quinze de setembro o presidente assinou a nova lei que determina o aumento da economia de combustível em 5% ao ano até 2016 (FAHRENTHOLD & EIPLERIN, 2009).

Estas decisões vão de encontro com uma parte das propostas feitas pela RAND Corporation (RAND:2009, 19). Dentre as políticas propostas destacam-se a de incentivar o surgimento de novas formas de energia a fim dos Estados Unidos aumentarem sua segurança nacional, reduzir o consumo de petróleo e apoiar o bom funcionamento do mercado global de petróleo.

Se existe alguma ameaça ao pré-sal, ela não virá de estruturas militares, ela virá das lógicas política e econômica. A busca pela independência de fornecedores externos de petróleo e seus derivados tem sido um objetivo de várias administrações americanas, mas hoje as alternativas tecnológicas existem ou estão muito próximas, o que fará com que as reservas do pré-sal descobertas na Zona Econômica Exclusiva do Brasil não seja ameaçadas militarmente, mas sim por esta nova realidade. Principalmente levando-se em conta que empresas americanas, através de contratos de risco, tem prospectado a existência de petróleo na camada pré-sal nas costas africanas, a profundidades bem menores que a do Brasil.

Bibliografia

ALVAREZ, Cesar J. and HANSON, Stephanie. (2009). *Venezuela's Oil Based Economy*. New York:

6 <http://www.southcom.mil/AppsSC/factfiles.php?id=55>

Council on Foreign Relations. Disponível em: [http://www.cfr.org/publication/12089/]. Acesso em 20/09/09.

FAHRENTHOLD, David A. & EIPLERIN, Juliet. (2009). *White House Is Prepared to Set First National Limits on Greenhouse Gases*. Washington, DC: The Washington Post. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/09/15/AR2009091503146.html?wpisrc=newsletter&wpisrc=newsletter&wpisrc=newsletter]. Acesso em 16/09/09.

MUFSON, Steven. (2009). *Will Obama's Revolution Deliver Energy Independence?* Washington, DC: The Washington Post, 2009. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/04/03/AR2009040302794.html]. Acesso em: 05/04/09.

RAND, Corporation. (2009). *Imported Oil and U.S. National Security*. California: Rand Corporation, 2009.

TEREZA, Irany, PAMPLONA, Nicola e LIMA, Kelly. (2009). *Fornecedor dita ritmo de exploração do pré-sal*. São Paulo: Agência Estado, Caderno Economia, 09/09/09, p. B 6.

ASHINGTON POST, The. (2009). *Obama Announces Plans to Achieve Energy Independence*. Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/01/26/AR2009012601147.html]. Acesso em: 26/09/09.

Recebido em 28/09/2009

Aprovado em 15/10/2009

Resumo: O pré-sal não é ameaçado militarmente. Ele é uma alternativa à dependência americana da Venezuela, mas pode ser ameaçado economicamente.

Abstract: The presalt is not threatened militarily. It is an alternative to U.S. dependence on Venezuela, but may be threatened economically.

Palavras-chave: Economia internacional; segurança internacional; política internacional.

Key words: International economy; international security; international politics.



Mudanças Históricas no Sistema Internacional

Historical Changes on International System

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 9 a 12]

O objetivo deste breve artigo é abrir análise sobre um fato de grande relevância nos estudos de política e relações internacionais. A saber, quais são os itens que impulsionam mudanças no sistema internacional, o momento histórico em que a alteração ocorre e a qualidade dos Estados que fomentam a transformação. Com a crise econômica que ganhou corpo no ano de 2008 que, em parte, perdura passou a haver interesse na investigação para saber se, efetivamente, há alguma mudança na cabeceira do sistema internacional, desalojando relativamente seus antigos ocupantes, membros do hemisfério norte, para ceder lugar a outros.

Eis o imbróglio. Quem seria o grupo dos outros? A boa conduta aponta para a emergência da China Popular como ator suficiente para deslocar os Estados Unidos do centro dinâmico do sistema. Mas há também um lado mais prudente que prefere escolher um pool de atores no lugar de um. Neste ponto, ganha destaque a criação de um diretório formado por Estados importantes, potências regionais, que juntas montariam uma nova concepção de poder.

Talvez a figura mais próxima disso seria imputar responsabilidade ao grupo dos BRICS, com Brasil, China, Rússia e Índia procurando fazer uma administração em conjunto com o mundo em desenvolvimento. Isso tudo não deixa de ser vislumbre, uma vez que os sinais ainda não são tão claros assim para fazer estimativas de quem sobe e quem cai. Prudência ainda é importante. Em todo

caso, como exercício, gostaríamos de comentar alguma coisa.

Faz parte do debate econômico e político imaginar a ascensão e a decadência das unidades políticas no comando do sistema internacional. Quer dizer, unidades políticas, como prefere Raymond Aron quando se refere a Estados nacionais, ou agrupamentos desses últimos, em forma de blocos organizados por temas e interesses comuns, pelo avanço econômico e tecnológico ou por motivos estratégico-militares. Neste ponto, se encontram os Estados integrados à Organização de Cooperação de Desenvolvimento econômico – OCDE, economias industrializadas do hemisfério norte e alguns agregados do sul (Aron, 1986).

Conceber mudanças no ordenamento do sistema internacional é aceitar o fato de que os Estados guardam analogia com seres vivos que lutam para dominar e aproveitar recursos necessários à sobrevivência. Possuidores de poderes variados os Estados, sob este prisma que serve à geopolítica, são unidades que disputam entre si os recursos importantes para sua existência. Os mais bem preparados para a acidez da concorrência ganham a prerrogativa de comandar o sistema; os menos adaptados à luta se enquadram em um nicho inferior (Haslam, 2006). Mas também é fato de que viver sob algum ordenamento ou sistema significa aceitar regras e condutas que ajudam esses mesmos Estados a suportar a pressão pela sobrevivência. Regras praticamente ausentes no mundo dos seres vivos que só obedecem ao clamor da fome.¹

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp; atualmente desenvolve estudos pós-doutorais na área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com). área de História na Universidade Federal Fluminense – UFF (alexandrehage@hotmail.com).

¹ É um debate de teor darwiniano que tem ligação com a geopolítica, considerando que os Estados sejam corpos orgânicos com cronologia similar a dos seres-vivos: nascimento, ápice e decadência. É desta forma que Friedrich Ratzel imagina a geopolítica com Estados que necessitam de recursos para sua alimentação e espaço para locomover sua população. Haslam aproveita o pensamento do geógrafo alemão para aliar geopolítica com o pensamento realista das relações internacionais (Haslam, 2006).

É congruente explicar que por sistema internacional se compreende um arranjo com o qual os Estados se organizam e se relacionam, obedecendo a hierarquia resultante da diferenciação econômica, política e tecnológica dos membros – os mais bem preparados conformam o sistema. Kenneth Waltz concebe o sistema como uma estrutura em que nela se encaixam os Estados. Nessa estrutura os Estados têm determinado espaço para se locomover; aumentando o espaço de ação à medida que a posição do Estado ganha destaque na estrutura (Waltz, 2002). E fica patente que ganhar espaço não depende somente de vontade nacional, mas também de transformação estrutural que não ocorre de forma pacífica e democrática.

Aceitar regras de comum acordo não significa, necessariamente, abandonar o poder político ou deixar de ser potência. Em várias ocasiões a admissão de tratados e acordos funciona como válvula de escape, em que ajuda a extravasar a tensão que ora emerge nas relações internacionais. E esse fenômeno ocorre à medida que as próprias grandes potências dão sua colaboração ao acato de normas que passam a ser denominadas como regimes internacionais que ganham corpo em instituições formais e nos blocos de integração (Hurrell, 1995).

Assim, quando referendados, os regimes internacionais podem ser considerados como elementos do interesse nacional de determinados Estados à medida que ele promove o desenvolvimento de algum setor econômico, político ou cultural em que algumas potências possam tirar proveito (Ferreira, 1988). Por exemplo, o acato ao livre comércio internacional, ou ao respeito à propriedade intelectual, certamente não deixa de ser visto como de interesse nacional dos Estados Unidos ou da Alemanha, que são duas potências comerciais e científicas.

Desta forma, sob algum tipo de ordenamento político e econômico ocorrem transferências da cadência econômica e tecnológica de áreas e de Estados para outras regiões do mundo. Há como dizer que quando a cadência econômica e tecnológica migra de uma parte a outra é porque está ocorrendo também mudança do sistema internacional. Isto porque cada potência, ou grupo delas, que emergem costumam conformar novas regras e normas que

tendem ser de caráter universais. De modo poético Vilfredo Pareto frisa que a história seria, no fundo, um cemitério de aristocracias, com uma sucessão de elites que circulam, ascendem e caem (Pareto, 1984).

A construção mental do sociólogo italiano permite imaginar que se a história é uma sucessão de elites que cumprem sua função, após certo período, então pode se conceber, em analogia, que a história pode ser, de igual forma, uma sucessão de hegemonias. Estados hegemônicos que gozam de preeminência cultural, moral, econômica e militar (sem a superestima de um desses fatores) que coordenam o sistema criado por eles, como prefere Antonio Gramsci quando se refere ao candidato que tenciona exercer hegemonia (Gramsci, 2000).

No cemitério da história moderna talvez o Estado mais celebrizado no exercício da hegemonia, que mais se aproximou do quadro refletido por Gramsci, tenha sido a Grã-Bretanha em boa parte do século XIX. Pautando sua hegemonia sob a combinação entre livre-cambismo, diplomacia e poder naval os britânicos procuraram expressar cultura que fosse compreendida como de interesse internacional, por exemplo, os valores políticos-liberais que resultaram no fim do regime escravocrata e na emergência da liberdade intelectual e individual. Seguindo Gramsci, houve o emprego de uma ideologia de valor universal.

No juízo de Karl Polanyi esse exercício político, econômico e militar britânico iniciado com o Tratado de Viena, de 1815, foi um impulso para a conformação de uma civilização, cujos agentes se espalharam por todo o mundo, ligando os Estados da época em uma mesma estrutura de valores que, no todo, fizeram parte do conjunto chamado *pax britannica*, que se sustentava na preeminência britânica no campo do mercado auto-regulável de cunho mundial. O fim desse arranjo, para o autor, resultou na explosão da Primeira Guerra Mundial, pois se esgotara a mensagem virtuosa que era construída por Londres (Polanyi, 2000).

O advento de novos valores políticos, sociais e econômicos que vieram na esteira do grande conflito possibilitou o amadurecimento de programas e pensamentos que já apresentavam alguma participação no final do século XIX e o início do

XX, como o fascismo e o protecionismo, correntes antiliberais que tiveram núcleos criadores fora da tradição britânica. São compreendidos, por exemplo, a Ação Francesa de cunho antiliberal na França e do próprio fascismo que esparramava ramificações em Portugal e Espanha, além da Itália.

Na verdade a questão é saber se, de fato, não houve empenho da Alemanha nazista procurando encabeçar a construção de outro sistema internacional que fosse alternativo ao liberal britânico. No estudo de Gerson Moura há motivo para se pensar se Berlim não tencionava se transformar no centro dinâmico de um novo sistema que fosse baseado em outro modelo de relações internacionais, contra o liberalismo político e contra o livre mercado internacional, considerados desdobramentos políticos e ideológicos do bloco anglo-americano. Daí a proveitosa aproximação entre Berlim e o Rio de Janeiro, nos anos 1930, com o intuito de compensar economicamente o Brasil por este ter se limitado aos parceiros tradicionais (Moura, 1980).

Porventura, se houve as esperadas vitórias militares do Eixo para concluir a Segunda Guerra Mundial como deveria ser, então, a conformação de novo sistema internacional? De início, é lícito dizer que a Alemanha nos anos 1930 voltara-se para a produção tecnológica de ponta, até por causa do conflito que tomara parte. Um novo ciclo de avanço tecnológico, empenho de vontade militar para assentar o programa nacional-socialista e o mercado internacional compensado poderiam ser os tópicos contrários aos apresentados pela Grã-Bretanha, e seus correlatos, no decorrer do século XIX e parte do XX.

Por outro lado, o bloco anglo-americano vencedor da Segunda Guerra Mundial outorgou aos Estados Unidos o papel de exercer hegemonia no novo arranjo político que deveria conformar os negócios internacionais por meio da criação de organizações especializadas em determinados assuntos, econômicos, educacionais etc e, para coroar tal compromisso, a criação da “placa mãe” para concretizar a idéia de condomínio mundial, as Nações Unidas.

É ponto pacífico que cada potência exerce sua hegemonia considerando seus valores e visões-de-mundo. No caso dos Estados Unidos não haveria a reprodução dos ideários britânicos do século XIX,

embora alguns traços do século retrasado deveriam ser valorizados. Não somente seria transformado o antigo sistema e com ele as premissas do livre-cambismo. Washington deveria industrializar políticas que também contemplassem os interesses dos derrotados da guerra, aprovando medidas que, no fundo, fossem ao encontro de Berlim, Roma e Tóquio.

Exercer hegemonia seria pensar na reconstrução econômica e política dos derrotados que passaram a integrar o novo sistema e respeitar regras, cuja criação fora feita pela parceria anglo-americana. O plano Marshall e as instituições de Bretton Woods são um exemplo do empenho de se criar novo processo hegemônico sob liderança dos Estados Unidos, o que possibilitou o uso da “estabilidade hegemônica” para frisar a idéia de que o mundo poderia caminhar melhor se o poder americano fosse usado para que se respeitassem regimes internacionais, como os do comércio exterior e dos direitos do homem.

Há dúvidas se, efetivamente, concretizou-se a experiência norte-americana de hegemonia ao considerar o real significado que o conceito tem – hegemonia baseada na legitimidade de suas ações e no consenso de um tipo de comunidade. Pode ter havido “momentos” ou aproximações de hegemonia em nível inferior à experiência do poder britânico após 1815. Arrighi, por exemplo, integra-se aos que duvidam do fato de haver real hegemonia por parte dos Estados Unidos no pós-guerra, sobretudo em virtude de sua postura ligada ao excesso de amor-próprio que resultara na quebra do Padrão Ouro em 1973 (Arrighi, 1996).

Em todo caso, é lícito observar que os Estados Unidos passaram a exercer papel protagonista na política internacional desde 1945. Por meio da fundação das Nações Unidas, das organizações de Bretton Woods, da Agência Internacional de Energia Atômica e das frentes militares que o país adentrou em virtude de seu respeito à Carta de São Francisco, ou por seus interesses egoístas, Washington ocupa espaço nas reflexões intelectuais e científicas querendo ou não.

Em decorrência disso houve oportunidade de se examinar se o advento da globalização não seria, de alguma forma, a maximização política e econômica estadunidense para que se efetivasse um sistema

internacional que refletisse o *status* demonstrado pelos Estados Unidos. Em outras palavras, livre comércio internacional, regime de desarmamento e lei de propriedade intelectual poderiam ser interpretados como resultado do empenho que a grande potência demonstrava para a criação de um sistema com teor ideológico, que procurasse expressar a vontade de todos, e também que defendesse seus interesses.

Em outra instância, ascende outra questão que tem de ser observada. Quais são os elementos que forçam a mudança de sistema internacional, fazendo com que a dinâmica política, econômica e cultural se altere para boa parte dos Estados nacionais? No decorrer deste texto houve menção aos fatores militares e tecnológicos que ajudam a impulsionar a transformação do sistema, desalojando o antigo núcleo coordenador e o substituindo por outro mais dinâmico. Retomando Arrighi houve a vez dos Países Baixos, do Reino Unido e a atual presença dos Estados Unidos com concorrentes que ficaram pelo caminho, caso da Alemanha e da União Soviética. Contudo, o caminho ainda está aberto para possíveis concorrentes (Arrighi, 1996).

Referências Bibliográficas

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- FERREIRA, Oliveiros. *Para que Forças Armadas?* São Paulo GDR, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Mo-*

- derno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- HURREL, Andrew. "O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial". *Contexto Internacional*. Volume 17, número 1. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1995.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- PARETO, Vilfredo. "Circulação das Elites". In *Pareto. Sociologia. Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1984.
- POLANIY, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.

Recebido em 30/09/2009

Aprovado em 02/10/2009

Resumo: O objetivo deste artigo é saber quais são os itens que promovem a transformação do sistema internacional, os atores em questão e seus programas que constroem o novo arranjo.

Abstract: This paper intends to know which are the itens belong to international system change, the actors in action and their programs to new structure.

Palavras-chave: Sistema Internacional. Poder. Hegemonia.

Key words: International System. Power. Hegemony.



Barack Obama: o polêmico Nobel da Paz

Barack Obama: the controversial Nobel Peace Prize

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 13 a 14]

De toda premiação Nobel do ano de 2009, a mais surpreendente se localizou no segmento da paz, ao conceder-se o galardão ao Presidente Barack Obama, precocemente recompensado, tendo em vista o fato de estar ainda nas primícias de seu mandato.

De modo inesperado, o dirigente norte-americano teria sido premiado não por uma vigorosa iniciativa pacifista, mas sim por um retraído posicionamento bélico, ao limitar-se a manter em andamento duas guerras herdadas de seu antecessor, George Bush, por este iniciadas ainda em seu primeiro mandato, entre o final de 2001 e o começo de 2003.

Relembre-se que Barack Obama, enquanto parlamentar, sempre se opôs firmemente à segunda versão da Guerra do Golfo, por causa da precariedade das justificativas invocadas pelo governo Bush e da posterior simploriedade na forma de apresentação à opinião pública internacional, ao valer-se indevidamente do proscênio onusiano.

Embora Obama afirme constantemente a necessidade de encerramento de ambos os conflitos, não houve até o momento a definição de um cronograma exeqüível para tal aspiração. A indeterminação, por seu turno, traz consigo o abatimento moral das tropas, dado que uma permanência mais longa prescindiria de mais efetivos.

O posicionamento da política externa dos democratas atualiza, de certa maneira, o consagrado dizer do historiador da Roma Antiga, Tácito, que afirmou que uma má paz era pior do que uma guerra.

Nesse sentido, os Estados Unidos não conseguem desembaraçar-se politicamente do imbróglia por eles gerado, por temor de reavivar certamente o mesmo sentimento de frustração e de humilhação do período da Guerra do Vietnã, nos anos 70, somente

superado com a primeira Guerra do Golfo, década e meia mais tarde.

Destarte, com o ano prestes a findar-se, a gestão democrata encaminha-se para transformar-se em um governo de desistência, visto que a energia dedicada à renovação maior dissipa-se em ritmo acelerado, em face da absorção de tempo em questões administrativas cotidianas e em embates parlamentares – muitas vezes infrutíferos – com os republicanos e com os meios de comunicação mais conservadores.

De maneira tradicional, a concessão de um Nobel é um encargo intrincado, por isto provido de polêmica, ao independe menos do futuro galardoado do que de uma determinada conjuntura em que se entrelaçam distintos interesses. Em algumas de suas áreas, como a da paz e a da literatura, a controvérsia apresenta-se constantemente.

Por conseguinte, a destinação de um ao Presidente Obama em 2009 não foi a mais contestável das premiações ao longo do tempo. Para tanto, recorde-se que outros políticos norte-americanos, célebres na história também por outros feitos, receberam a distinção. Citem-se apenas dois outros dirigentes beligerantes para ilustrar a questão: o Presidente Theodore Roosevelt e o titular da Assessoria de Segurança Nacional – posteriormente do Departamento de Estado – Henry Kissinger.

Oficialmente, o fator determinante para a premiação de Roosevelt havia sido o seu envolvimento nas negociações de paz entre Rússia e Japão em 1905, por causa de um conflito em cuja disputa estivera o controle de uma zona portuária na Manchúria.

Destaque-se que, no ano anterior, ele havia sido o executor da atualização da chamada Doutrina Monroe, sob a forma de um corolário assegurado

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (arraes@unb.br).

de uma intervenção unilateral, em vista da perspectiva de instabilidade na região centro-americana, e, em 1903, o fomentador da secessão na Colômbia, ao garantir através de um pequeno nascente país, o Panamá, a construção de um canal de quase cem quilômetros viabilizador da conexão entre o Pacífico e o Atlântico.

Ademais, Roosevelt, quando Chefe do Estado-Maior da Marinha, fora um dos maiores entusiastas da guerra com a Espanha em 1898, sob a justificativa de libertação das colônias de Cuba e Porto Rico, a ponto de exonerar-se do cargo para enfrentar as tropas espanholas em solo cubano em um regimento de cavalaria. No fim do conflito, os Estados Unidos estabeleceriam zonas de influência inclusive na Ásia com as Filipinas, formalmente independentes depois do fim da II Guerra Mundial.

Quanto a Kissinger, a sua premiação derivou em 1973 das negociações de paz entre Estados Unidos e Vietnã para encetar um cessar-fogo, logo malogrado. A distinção não impediria o apoio a diversos golpes de Estado na América do Sul, como no Chile em 1973 e na Argentina em 1976, e a invasões como a do Chipre pela Turquia em 1974 e a do Timor Leste pela Indonésia em 1975. Todos eles apoiados na necessidade de conter movimentos nacionalistas ou esquerdistas em uma moldura ideológica dicotômica.

Assim, a premiação no segmento da paz reflete sobremaneira uma visão conjuntural da Comissão Organizadora, o que limita o prestígio da distinção ao tempo de uma peça publicitária, com o conseqüente risco do inevitável esquecimento em alguns anos.

Recebido em 24/10/2009

Aprovado em 31/10/2009

Resumo: o artigo trata do Prêmio Nobel da Paz de 2009, destinado ao Presidente Barack Obama. A premiação foi considerada polêmica por ter sido concedida no início do seu mandato, o que dificulta uma avaliação equilibrada.

Abstract: the article deals with the Nobel Peace Prize of 2009 awarded to President Barack Obama. It was considered controversial because it was given to him in the beginning of his tenure, which embarrasses a balanced analysis.

Palavras-chave: Estados Unidos, Prêmio Nobel, Barack Obama

Key words: United States, Nobel Prize, Barack Obama



O BRIC que corre o risco de ser RIC

BRIC runs the risk of becoming RIC

ARGEMIRO PROCÓPIO FILHO*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 15 a 16]

No deslocamento das economias mundiais, contando o menos que pode com o mercado interno, o Governo que pragmaticamente mantém o *apartheid* social, dificilmente erguerá o Brasil aos patamares científicos dos parceiros russos, indianos e chineses.

Único do grupo dos BRICs a renunciar aos armamentos nucleares, o Brasil prioriza de mentirinha o científico e o tecnológico. O baixo salário dos seus cientistas comprova isso. No vestiário das nações, os parceiros emergentes o vestem de potência agroenergética depois de um desavergonhado *striptease* onde se despiu da sua indumentária natural de potência ambiental.

Medíocres investimentos em bens públicos, péssima qualidade do oferecido para o consumidor de baixa renda, desflorestamentos e leis para o país ser injusto impedem a presença do Brasil nos BRICs como verdadeira superpotência ambiental. Com PIB superior ao da China e ao da Índia que explodiu sua bomba atômica em 1974 – dez anos depois da iniciativa sionuclear – na ausência brasileira BRIC será RIC. Em maio de 2008, quando do primeiro encontro dos quatro líderes em Yekaterimburg, na Rússia, a nova quadriga das grandes chances mundiais detinha 23% do PIB global e 70% da superfície terrestre.

Depois de tudo que sofreu o terceiro-mundismo, atualmente, noutra ambiência, nesse organismo internacional informal e relevante nas relações internacionais se arquitetam mais responsabilidade que alternativas. No dilema do “decifra-me ou te devoro”, evitam tocar na esfinge da instabilidade econômica estadunidense manifesta no dilema dólar, há décadas sem lastro ouro e ainda assim, a nada querida e única moeda mundial de reserva.

Ironia da sorte, está na derradeira letra do BRIC a potência cujas importações, em 2006, perfaziam

6,7% do total mundial, e as exportações, 8,5%. Paradoxalmente, no primeiro lugar, está a inicial daquele do grupo hoje o mais imune à queda da demanda internacional por responder apenas com 1% do comércio *mundi*. Mesmo detendo invejável fatia dos recursos naturais de nosso *orbe* e de nossa *urbe*, a disparidade brasileira inviabiliza suas prioridades. Na falta dessa, inexistente caminho a seguir. Por isso, dentro ou fora dos BRICs é verdadeiro milagre o Brasil manter-se como nação diante do tramado contra ele pelos seus próprios poderes judiciário, legislativo e executivo.

Na Rússia e no Brasil, o desperdício de energia pactua com maquinário tecnicamente ultrapassado nas hidrelétricas com manutenção de duvidosa qualidade. Principalmente aqui, está nas estradas em péssimo estado de conservação, nos automóveis e caminhões mal regulados o desperdício de combustíveis. A falta de transporte coletivo motiva a opção pelo individual. Criou alianças entre montadoras e o rodoviarismo para desperceber que estradas cortadas no meio da selva, resultam do *parti-pris* contra o aproveitamento de rios navegáveis e da malha ferroviária há tempo abandonada. Mais que isso, as estradas rasgando a Amazônia interiorizam o subdesenvolvimento. Propagam conflitos entre a selva limpa e a cidade empoeirada.

No Brasil, bem mais que na Índia, o custo do latifúndio sojeiro sedento de água, de estradas e terra soma-se ao custo energético da produção em escala industrial do bioetanol. O agrocombustível permite comparações, tanto com o mercado de gás quanto com o mercado de petróleo cru. As tecnologias para o processamento do etanol e outras biomassas encontram-se ainda longe do caminho do céu. Apesar disso, sequer estão em gestação, programas entre

* Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (procopio@unb.br).

Brasília e Nova Deli, por políticas para aproveitar o controle que ambas tem da maior parte da produção mundial do açúcar. O incentivo a uma produção articulada do biocombustível e do açúcar sequer entrou na agenda dos países do BRIC.

O gás boliviano da boca dos poços em Rio Grande, bem perto de Santa Cruz de la Sierra, até chegar aos consumidores brasileiros percorre 3.150 quilômetros. Passa por Puerto Juarez, atravessa o Chaco e o pantanal boliviano. No Brasil, ele entra por Corumbá, margeando o rio Paraguai. Até chegar a São Paulo transita por 135 municípios de vários estados. Irmão menor do gasoduto russo que une a Sibéria aos países da União Européia, ele é o maior em extensão da América Meridional. O preço do gás nele escoado, durante anos abaixo da cotação internacional, desde sua inauguração no final da década de 1990, recebia críticas de diferentes segmentos da opinião pública boliviana.

A poluição do gás, praticamente um quarto menor que as emissões de CO₂ do petróleo, parece ser a metade da carvoeira que enegrece cidades e pulmões, principalmente chineses e russos. A carência energética animou aos membros do BRIC a apostar no combustível azul como solução de problemas. Esqueceram, entretanto, a questão das rivalidades étnicas, das nacionalidades e, sobretudo, dos problemas da pobreza na geografia social incerta cortada por tais gasodutos.

Composto de metano, etano, propano e resfriado a temperaturas extremamente baixas, depois de condensado ele vira o gás natural liquefeito. Da mesma forma que a tecnologia alcançou esse feito para o gás, certamente chegará a outros. A economia baseada em várias fontes energéticas respeitando a Segurança Ambiental promete enriquecer o leque de opções para a igualmente necessária Segurança Energética dos BRICs. Nesse contexto, a República Popular da China e a Índia investem fortemente no transporte coletivo. Em avanço tecnológico, a Rússia, a mais preparada, está pronta para assistir ao eventual casamento do gás com o ainda sonhado bioetanol sintético. Por que deixar de repensar as ferrovias substituindo os aviões, ônibus e caminhões como já fazem os chineses, os russos e os indianos?

O "bioquerosene", inventado pelo russo Ilva Moiseiev, tem argumento para entrar no rol da bio-

energia. Recorde-se que nos anos 1940, quando a II Grande Guerra emitia sinais de exaustão energética, na URSS, nos EUA, na Alemanha, na Inglaterra e no Japão considerou-se bastante a produção de combustíveis líquidos sintéticos à base do gás natural. Tais inovações, vaticinam os pessimistas, são insuficientes para deter a devastação. Se os empresários não têm consciência de que quem semeia combustível em terras da lavoura branca colhe tempestade, isso é outra questão.

A racionalidade na exploração dos recursos gasíferos possibilita políticas pela diminuição da produção do etanol. Mitigaria efeitos colaterais impedindo que plantios da cana-de-açúcar incorporem áreas agrícolas tradicionais na Índia, de onde ela veio, e no Brasil.

A leitura da geopolítica do nosso país no BRIC infere a despreensão nacional de ser potência ambiental. Tal fato preocupa aos adeptos da lavoura branca e aos defensores das florestas. A política ambiental separada das prioridades energéticas provocará gargalos na cooperação do Brasil com os demais do BRIC. Depois de quase meio século de estagnação dos preços dos alimentos, ainda antes da crise mundial, veio a alta do petróleo e com ela a dos fertilizantes. Seus impactos no preço da comida roubaram da Segurança Alimentar o espaço que precisa para corrigir o descompasso mundial entre a oferta e a demanda que nenhum membro do BRIC preparou-se para enfrentar.

Recebido em 27/09/2009

Aprovado em 01/10/2009

Resumo: o artigo compara o desenvolvimento do Brasil com os demais membros do BRIC. Chega à conclusão de que o Brasil tem adotado políticas equivocadas para tornar-se uma potência mundial.

Abstract: the article compares the development of Brazil to the development of other countries that are members of BRIC. It concludes Brazil has been adopting wrong conceptions to become a political power.

Palavras-chave: Brasil; China; Rússia; Índia

Key words: Brazil; China; Russia; India

As estratégias por trás da parceria estratégica Brasil-União Européia

The strategies behind the strategic partnership Brazil-EU

CLARISSA FRANZOI DRI*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 17 a 18]

A despeito de eventuais expectativas do setor econômico, a retomada das negociações para o acordo de associação comercial entre o Mercosul e a União Européia (UE) não esteve entre as prioridades da III Cúpula Brasil-UE, realizada no último dia 6 de outubro em Estocolmo. A reunião, organizada pelo Conselho Europeu, órgão representativo dos Estados da UE, e pela Comissão Européia, instituição técnica e executiva do bloco, buscou dar continuidade ao acordo de parceria estratégica entre a UE e o Brasil, lançado em 2007.

A primeira reunião de cúpula, realizada em Lisboa, marcou o início da aliança e definiu prioridades vinculadas ao "reforço do multilateralismo": reforma da ONU, combate à pobreza e promoção dos direitos humanos. No final de 2008 o Brasil sediou o segundo encontro, marcado pelos debates acerca da crise financeira. Desta vez, sob o impulso da presidência sueca na UE, as discussões centraram-se em questões ambientais: aquecimento global, Amazônia e biocombustíveis. Houve também um apelo contra o protecionismo comercial e pelo reinício das negociações de Doha.

Os resultados da reunião de Estocolmo inserem-se no contexto de uma nova orientação da política externa da União Européia, que passa de uma lógica inter-regional para uma abordagem diretamente dirigida a terceiros Estados. Desde seus primórdios, nos anos 50, a União buscou estimular o regionalismo pelo mundo, promovendo acordos comerciais e oferecendo ajuda ao desenvolvimento prioritariamente a blocos regionais do que a países. A tentativa de exportação do modelo europeu era calcada basicamente em

dois princípios. Em primeiro lugar, havia a expectativa, entre burocratas e políticos da UE, de que o sucesso da integração regional na Europa poderia se repetir em outros lugares, trazendo desenvolvimento econômico e consolidação da democracia a regiões periféricas. Em segundo lugar, o espraimento do regionalismo poderia favorecer as trocas econômicas da UE, que encontraria condições similares de organização e negociação em outros continentes.

Meio século depois, o exemplo europeu encontra dificuldades para se reproduzir. A Ásia e a América do Norte adotaram projetos mais voltados à liberalização comercial, enquanto a África e a América Latina oscilam entre os obstáculos institucionais para a consolidação do regionalismo e a busca de um modelo próprio de desenvolvimento. A União Européia recorre então a uma atuação mais pragmática: ao invés de continuar esperando por um aval conjunto de blocos regionais, inicia contatos privilegiados com países isolados. É o caso das tratativas com Peru e Colômbia para a assinatura de um acordo comercial fora do âmbito da Comunidade Andina, ou mesmo da parceria estratégica com o Brasil. Não se trata de um abandono do ideal das negociações inter-regionais, mas sim de uma estratégia de cunho político e econômico para evitar o bloqueio, a curto prazo, de interações consideradas relevantes. Esse tipo de ação vai plenamente ao encontro da filosofia de suporte aos governos nacionais, adotada pela atual Comissão Européia. Com a recondução no cargo de presidente do órgão por mais cinco anos, o português José Manuel Barroso deve manter sua linha liberal e ancorada mais na lógica de uma integração flexível e

* Mestre em Direito das Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC e Doutoranda do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux, França (clarissadri@yahoo.com.br) .

intergovernamental do que nos princípios federalistas que pregam mais união e mais supranacionalidade.

No caso da América do Sul, existem motivações particulares. Em 2004, as discussões relativas ao âmbito comercial do acordo de associação Mercosul-União Européia foram suspensas devido a desentendimentos relativos às demandas européias por uma maior liberalização de setores industriais e de serviços, de um lado, e às solicitações do Mercosul por um aumento de cotas para seus produtos agrícolas, de outro. Enquanto isso, afirmaram-se nos governos latino-americanos forças de esquerda que contrastam com o poder dos partidos de direita na Europa, hoje dominantes no Parlamento Europeu e também entre os Executivos nacionais. Líderes como Hugo Chávez e Evo Morales são encarados com receio pela elite européia, que se sente mais confortável ao tratar com presidentes considerados mais moderados ou estáveis, como Lula ou Michelle Bachellet. Sem acordo com o Mercosul, a UE se viu impelida a oferecer um status especial ao Brasil como forma de manter uma certa influência na região e assim contrabalançar os ímpetus de liderança do governo venezuelano através da vinculação com o governo brasileiro.

Essa nova abordagem da União Européia encontrou eco na atual fase da política externa do governo Lula. A chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, que tem vinculações históricas com outros partidos de esquerda do continente, quase simultaneamente às vitórias eleitorais de Kircher na Argentina e Vazquez no Uruguai, chegou a ser encarada como um prelúdio do reforço da integração regional no continente. Os discursos presidenciais e a interrupção das negociações com os Estados Unidos relativas à Área de Livre Comércio das Américas pareciam confirmar essa tese. No entanto, o governo brasileiro não conseguiu decidir-se entre o aprofundamento da integração política no Mercosul e a construção de outras esferas de diálogo de âmbito alargado. Sem uma reforma institucional de base que permitisse objetivos mais concretos e ambiciosos ao Mercosul, nasceu a Comunidade Sul-Americana de Nações, que em 2008 transformou-se em União Sul-Americana de Nações (Unasul). Embora possua um

revestimento regional, a Unasul surge como um projeto explicitamente brasileiro, já que o país também busca neutralizar a influência de Chavez e afirmar-se como porta-voz da região.

Uma importante particularidade da política externa do governo Lula foi a diversificação das relações internacionais. Os Estados Unidos e a Europa perderam seu protagonismo com o estreitamento dos laços brasileiros com a América Latina e certas regiões da África e Ásia. A questão é em que medida esse diálogo sul-sul tende a ensejar formas horizontais de cooperação e no, caso latino-americano, aprofundamento da integração regional. Se o modelo europeu não é o mais adequado para o lado de cá do mundo, é preciso encontrar um caminho próprio para um real projeto conjunto. A construção de uma grande potência regional não contribui nesse sentido e corresponde à reprodução de um outro modelo, mais antigo do que o da integração européia. Há muito se sabe que só há desenvolvimento se há desenvolvimento comum: de pouco adianta o Brasil deixar sua tradicional posição de costas para a América Latina para virar-se de frente sobre um pedestal. Fica a expectativa de que a continuidade da parceria estratégica Brasil-UE possa refletir essas questões.

Recebido em 13/10/2009

Aprovado em 15/10/2009

Resumo: O acordo de parceria entre o Brasil e a União Européia desafia o movimento de inter-regionalismo empreendido pela UE e pode ir de encontro aos interesses do Mercosul enquanto bloco.

Abstract: The partnership agreement between Brazil and the European Union challenges the inter-regionalism movement started by the EU and may not correspond to the interests of Mercosur.

Palavras-chave: Inter-regionalismo. Mercosul. União Européia.

Key words: Inter-regionalism. Mercosur. European Union.

Eleições realinham o cenário político-partidário na Alemanha

Elections realign party political scene in Germany

SOLANGE REIS FERREIRA*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 19 a 20]

Inesperado é o que se pode dizer sobre o resultado das eleições parlamentares na Alemanha em 2009. Angela Merkel renovou o mandato por quatro anos à frente do governo exatamente como indicavam as pesquisas finais. A novidade fica por conta do seu novo parceiro. Além de levar a maior parte dos votos, a união democrata-cristã, formada pelos partidos CDU e CSU, desatou a forçosa aliança com o socialista SPD.

Com 33.8% para a União CDU/CSU e 14.6% para o liberal FDP, os partidos de centro-direita garantiram a já tradicional prerrogativa da maioria, abocanhando 323 assentos, 15 acima do mínimo necessário. Nada de novo no front? Nem tanto. A vitória deixou o gosto amargo do pior resultado para a democracia-cristã desde 1949, ano em que foi fundada a Alemanha Ocidental.

Além de reverter o sinal da equação, a união democrata será obrigada a dar uma fatia maior do bolo aos liberais na forma de pastas ministeriais. Habitados ao papel de fiel da balança entre 69 e 98, os liberais alcançaram percentuais inéditos, ainda mais se considerada a conjuntura de crise econômica e a desconfiança com a economia de mercado. Cabe a Guido Westerwelle o mérito de haver catapultado o partido no momento de fragilidade neoliberal.

O maior perdedor foram os socialistas, para quem nem o segundo lugar amenizou o maior fiasco pós-45. Com 23% dos votos, o SPD passa para a oposição com menor poder de fogo e o desafio de redefinir a sua identidade. Parte dos eleitores socialistas aderiu ao partido esquerdista mais genuíno no espectro político alemão na atualidade. Sob o comando de Oskar Lafontaine, Die Linke (A Esquerda) conseguiu

o quarto lugar com 11.9% do total, confirmando ser a estrela ascendente do momento.

Outros eleitores do SPD preferiram direcionar 10.7% dos votos ao Partido Verde, onde fulgura o carismático Cem Özdemir. Eleito em 1994 como o primeiro parlamentar de origem turca na Alemanha, ele vem laborando a defesa do ambientalismo e do multiculturalismo para se firmar como uma das figuras mais promissoras do país. Caso a Alemanha procurasse uma personalidade política com apelo popular minimamente semelhante ao de Barack Obama, Özdemir atrairia muitas apostas.

As pesquisas indicavam repetição da Grande Coalizão preto-vermelha – em alusão às cores dos dois maiores partidos – não obstante o descontentamento da banda oriental com os conservadores e as ambiguidades do SPD. Mesmo diante da provável contração econômica na casa de 6%, a Alemanha mostrou sinais positivos no segundo quadrimestre, serenando parte das críticas ao governo.

A plataforma social-democrata soou inapropriada para a recuperação de dois bens nacionais afetados pela desaceleração: o potencial do PIB e a liderança mundial nas exportações. Desorientado entre a proposta política teórica e as práticas de governo, o SPD perdeu seus principais seguidores: os sindicalistas. A derrota pode, entretanto, agitar a política doméstica caso o SPD se alie ao Partido Verde e ao Die Linke.

As implicações da reviravolta eleitoral para a política externa, cujo principal posto coube a Guido Westerwelle (FDP), patinam no campo da incerteza, embora alguma aposta seja possível de antemão.

O primeiro problema para os conservadores diz respeito à manutenção de tropas alemãs no norte

* Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp e pesquisadora do INEU – Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (reissolange@gmail.com).

do Afeganistão. A renovação do engajamento militar por mais um ano depende da aprovação civil do novo Parlamento. Westerwelle tentará se equilibrar entre a fidelidade transatlântica e a pressão da população e dos partidos de oposição. Steinmeier se opunha à ação militar por princípio, mas a aceitava por pragmatismo. Estando agora do outro lado da mesa, deverá somar forças ao movimento em prol da retirada.

Concernente à integração regional, a derrota dos socialistas impôs restrições ao europeísmo e as perspectivas indicam maior ênfase no aprofundamento do que no alargamento, em claro sinal de continuidade da política europeia adotada pelo país nos últimos anos. Turquia e demais candidatos devem adiar os planos de adesão por algum tempo, assim como insatisfeitos permanecem os que batem à porta da OTAN. Desassistidas pelo reinício das relações russo-americanas e distanciadas da União Europeia, Ucrânia e Geórgia podem ser magnetizadas pela esfera russa em caso de mudança nos cenários políticos nacionais, fato mais provável no caso ucraniano.

Em relação à governança global, nota-se o enfraquecimento da corrente internacionalista defendida pela esquerda e da assertividade da direita radical. A Alemanha deverá enfocar menos a entrada no Conselho de Segurança da ONU e resistir à divisão equitativa de poder com os países emergentes na esfera financeira. O *low profile* do Estado nas questões econômicas tende a desfavorecer o protecionismo agrícola e enfatizar maior diálogo na OMC, pressionando inclusive pela entrada da Rússia no organismo. Nesse caso, a dificuldade será contornar o descontentamento da França e dos Estados Unidos, países com forte lobby agrícola.

O país tem pouco espaço de manobra quanto à extensão das sanções ao Irã, defendidas em recente

anúncio de Obama, Sarkozy e Brown. A dependência externa de energia, as boas relações russo-iranianas e o potencial das reservas de petróleo e gás no Irã privilegiam uma posição de diálogo, mas a questão histórica com Israel e a pressão de Washington terão um peso extraordinário na decisão do governo.

Finalmente, dois pontos merecem destaque. A eventual reversão do sucateamento da indústria nuclear visa diminuir a insegurança energética do país e facilitar o cumprimento das metas europeias de emissão de carbono. Bastante questionável do ponto de vista ambiental e da segurança, o renascimento da energia nuclear seria conduzido com prudência a fim de não prejudicar as relações com Moscou, país do qual a Alemanha importa mais de 40% do gás consumido. No que concerne à China, os próximos quatro anos sinalizam aproximação comercial.

Dado o cenário descrito, a política externa será orientada pela especialidade da Alemanha nos últimos 60 anos: o pragmatismo multilateral de ajuste dos interesses nacionais às oportunidades e aos constrangimentos internacionais.

Recebido em 29/10/2009
Aprovado em 31/10/2009

Resumo: Eleições alemãs fortalecem a aliança de centro-direita, catapultam a nova esquerda e impõem derrota histórica à social-democracia.

Abstract: German elections strengthen the center-right alliance, project the new left and impose a historic defeat for social democracy.

Palavras-chave: Alemanha; eleições; partidos
Key words: Germany; elections; parties



Brasil se consagra sede olímpica – Rio 2016: Auge de uma potência?

Brazil is consecrated Olympic host – Rio 2016: Peek a power?

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI*
JUAN B. SCARTASCINI DEL RÍO**

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 21 a 22]

No dia 2 de outubro o Comitê Olímpico Internacional (COI) reunido em Copenhague, elegeu a cidade do Rio de Janeiro como organizadora dos Jogos Olímpicos de 2016. Superando a Chicago, Tóquio e Madrid – talvez a grande favorita – a eleição trouxe pela primeira vez os jogos olímpicos ao continente sul-americano, a segunda na América Latina, a terceira no hemisfério sul e a quarta vez que os Jogos se realizam em uma nação, em concordância com Mundial de futebol.

Porém, a eleição supõe muito mais que tudo isso, significa a concretização de uma visão estratégica brasileira que finalmente começa a ganhar forma, oferecendo à comunidade internacional, os dois máximos galardões esportivos a uma sociedade como a brasileira que “respira esporte”, a organização dos Jogos Olímpicos e do Mundial de Futebol 2014.

Para entender a transcendência do sucesso, talvez basta as fortes declarações de um emocionadíssimo Lula da Silva, que entre lágrimas e abraços, fazendo uso de sua imagem carismática e confiável e deixando para atrás todas as formas protocolares, mergulhou em choros em frente a jornalistas de todo o mundo. «Nossa candidatura não é só nossa, mas também de toda América do Sul, de 400 milhões de habitantes, entre eles 180 milhões de jovens», “Brasil era a única opção de organizar uns Jogos com paixão”, “finalmente o mundo reconhece os esfor-

ços de todo um país por sair adiante”; para finalizar com um chamativo sentido de humildade anunciou, “mesmo não sendo mais Presidente, os viverei como um cidadão a mais”.

Em definitivo, o fervor nos festejos tanto de Lula como de toda a comitiva brasileira, se fundamentam em que a vitória – sem precedentes – obtida pela atual administração, reflete a política esportiva em concordância com um acúmulo de políticas de Estado e uma visão estratégica do país sul-americano no tempo.

“O Brasil é o país do futuro”, essa é uma frase que durante décadas gerações de brasileiros escutam e transmitem a seus descendentes. Em pleno ano de crise econômica e financeira internacional o país vem se destacando e apresentando uma série de resultados econômicos e estratégicos, que refletem uma grande crença no potencial do país em relação ao mundo e de eficientes políticas de Estado baseadas em ações anticíclicas que promovem e estimulam o consumo e a produção, sem a necessidade de um protecionismo irresponsável.

Alguns dos programas do Governo Federal como o *Plano de Aceleração do Crescimento*, *Bolsa Família* e o *Minha casa, minha vida* buscam gerar empregos, estimular a produção e ao mesmo ampliar a infraestrutura para que o país se desenvolva sustentavelmente e, ao mesmo tempo, se reduzam alguns índices negativos como por exemplo, o déficit habitacional e

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – IBGE e Mestrando em Relações Internacionais pela Università di Bologna – Itália (vitorpieri@yahoo.com.br).

** Mestre em Relações Internacionais pela Università di Bologna – Itália. Atualmente atua como Diretor de projeto Observanto (www.observanto.com) e como Diretor do Instituto de Política Internacional e Cooperação da Associação Civil de Estudos Populares em Rosário – Argentina.

a pobreza, concentrada principalmente na periferia dos grandes centros urbanos.

Ainda no âmbito interno, o Brasil tem buscado desenvolver fontes alternativas de energias como o biocombustível e brevemente, graças às reservas do *pré-sal*, entrará definitivamente ao seleto grupo de países exportadores de petróleo – ao mesmo tempo em que o governo busca ampliar sua participação na Petrobrás, empresa líder mundial em tecnologia de captação de petróleo em águas profundas e umas das principais empresas do mundo. Ainda no campo da geoestratégia, o país está buscando convênios, em especial com a França, para a construção de um submarino de propulsão nuclear e à renovação de sua frota militar aérea com o compromisso de transferência de tecnologia, buscando com isso, aumentar seu potencial dissuasivo, rearticular seu plano de defesa, reativar a indústria bélica nacional e ampliar sua influência na região e no mundo.

No âmbito da política internacional, o país vem se destacando como um grande articulador e promotor da multipolaridade, colaborando com a formulação de uma nova ordem mundial, onde alguns “países do sul” estão se unindo e começando a ocupar postos muito influentes nas diversas decisões internacionais, a exemplo disto o BRIC, o IBSA (Índia, Brasil, África do Sul) e o próprio G-20.

Alguns acadêmicos com frequência identificam o gigante brasileiro como um “país baleia”, de movimentos lentos mas decididos, com mudanças moderadas e direção definida; o qual vem fazendo com que o grande país sul-americano se estabeleça definitivamente como potência regional, e obtenha sua “identidade internacional”, nas palavras de um emocionadíssimo Lula ao momento da eleição.

Porém, a política esportiva brasileira se somou a um acúmulo de políticas estratégicas que tendem a fazer do Brasil, um jogador global na arena internacional. A este respeito, dois fenômenos se destacam, um relacionado com os organismos internacionais de créditos, e outro com seu rol nas Nações Unidas.

Nesta semana Brasil se converteu em credor do FMI, se diferenciando nitidamente do resto de

seus vizinhos sul e latino-americanos com grandes acúmulos de dívida e inclusive em alguns casos sem acesso ao crédito. Assim, o rol de prestamista do FMI é sem dúvidas um bom exemplo de ampliação da importância e da participação do Brasil na esfera global, algo que sem dúvidas se evidenciará no G-20, talvez em posições comuns junto à Argentina e México, os outros latino-americanos no fórum.

Além disso, outro fenômeno que destaca o papel global do Brasil, reside na campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas onde busca ocupar de maneira permanente prévia abertura de novas vagas. Cabe destacar que tal campanha é realizada em conjunto com outras potências regionais que emergem no globo, como Índia e Nigéria ou África do Sul, além de Japão e Alemanha, que depois de longas décadas de potências econômicas, finalmente buscam quebrar o estigma de haver perdido a Segunda Guerra Mundial.

Em definitivo, todos estes fatores confluíram na política esportiva brasileira, e seguramente vem sendo levados em conta na hora de eleger o país, pela primeira vez na história, como sede de uma copa do mundo em 2014 e logo em seguida, para organizar os Jogos Olímpicos em 2016.

Recebido em 10/10/2009

Aprovado em 11/10/2009

Resumo: Nos últimos anos o Brasil vem acumulando diversas conquistas no âmbito da política doméstica e internacional. Será a escolha do Rio como sede das olimpíadas 2016, um reconhecimento internacional do rol do Brasil no cenário mundial?

Abstract: In the last years, Brazil has achieved several goals in the domestic and international politics field. Is it the fact that Rio has been chosen as the next venue for the Olympic Games in 2016 an international recognition of the rol of Brazil in the world scenario?

Palavras-chave: Brasil, Potência, Multipolaridade
Key words: Brazil, Power, Multipolarity



O Segundo Eclipse do Sol Nascente: as origens das décadas perdidas do Japão

The Second Eclipse of the Rising Sun: the origins of Japan's lost decades

ROGÉRIO MAKINO*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 23 a 25]

A expressão “Eclipse do Sol Nascente” ficou consagrada em livros como os de Robert Freeborn e Toshikazu Kase, referindo-se à derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial. Por meio de uma estratégia imperialista, o Japão pretendia equiparar-se em poder e prestígio às grandes potências do Ocidente (ou mesmo superá-las), mas o desenrolar da guerra sepultou momentaneamente as suas aspirações. A estratégia militarista foi abandonada, mas não o antigo objetivo. A partir de então, o país concentrou-se no desenvolvimento econômico, conseguindo manter altas taxas de crescimento por décadas. Ganhou visibilidade no cenário internacional e tornou-se referência em modernidade. Na década de 80, intensificaram-se os debates internos e as expectativas do mundo por um maior protagonismo no sistema internacional (como à época da Guerra do Golfo). Mas novamente sua ascensão foi interrompida, desta vez por uma crise aguda, seguida de um longo período de estagnação nos anos 90, conhecido como a década perdida do Japão, devendo-se ressaltar que essa tendência apresentou-se como persistente na década subsequente.

Desde a crise, a revitalização da economia passou a ser a prioridade, ocupando a maior parte dos esforços governamentais e deixando-se para segundo plano a possibilidade de uma atuação mais proeminente no meio internacional. Os processos que deram origem à estagnação japonesa são complexos e as suas interpretações controversas. Mesmo assim, é possível destacar pelo menos três pontos essenciais para a sua compreensão: o desgaste do modelo neomercantilista; a crise desencadeada pelo estouro das

“bolhas especulativas”; e o uso de velhas soluções para problemas novos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Japão parecia ter tudo para dar errado: pobre em recursos naturais, detentor de um altíssimo índice de desemprego, devastado pela guerra e atrasado tecnologicamente. A despeito de tudo isso, em uma década e meia (1953-1968) tornou-se a segunda maior economia do planeta. Esse milagre econômico pode ser em parte creditado a uma agressiva estratégia neomercantilista, cujo princípio básico é o acúmulo de capital por meio de superávits na balança comercial, e à rápida industrialização estimulada pelo governo. Contribuiu para a viabilidade desse modelo um estado fortemente intervencionista que controlava deliberadamente as importações e subsidiava e protegia as áreas consideradas estratégicas. Segundo Torres [1991: 64], em 1986 o Japão ainda era o país mais fechado entre os membros da OCDE.

Embora os modelos voltados para a exportação tenham numerosos defensores, eles estão longe de alcançar a harmonia de interesses. Um dos seus principais problemas é a impossibilidade de todos os países serem superavitários ao mesmo tempo, ou seja, os saldos positivos na balança comercial são conseguidos em detrimento de alguém. No médio prazo, isso implica que os países deficitários tendem a não aceitar passivamente essa condição [Kosaka 1997: 215], a exemplo dos conflitos comerciais nipo-estadunidenses da década de 80.

Os japoneses conseguiram manter a sua estratégia por um longo período em função de manobras

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (arraes@unb.br).

evasivas e, sobretudo, da complacência dos Estados Unidos. No início da Guerra Fria, o Japão era duplamente estratégico: servia de modelo bem-sucedido do capitalismo para tentar conter o avanço comunista no Oriente e o Acordo de Segurança Mútua Japão-Estados Unidos tornava-o “ponta de lança” dos Estados Unidos na região. Mas, ao longo das décadas, essa complacência com o Japão foi diminuindo.

Na década de 80, era grande a pressão para que os países com amplo saldo comercial positivo reduzissem seus superávits e para que o Japão apressasse a liberalização de seu mercado interno à competição estrangeira. A demonstração clara de que a tolerância dos Estados Unidos havia acabado foram os esforços em desvalorizar o dólar em relação ao iene com o Acordo de Plaza (1985) e o Acordo de Louvre (1987), pois se acreditava que a competitividade japonesa estava ligada a uma taxa de câmbio distorcida. Dessa forma, aumentavam-se os empecilhos ao modelo que garantira ao Japão um bom desempenho durante tantos anos, forçando-se o foco da economia japonesa a sair das exportações e voltar-se para o mercado interno.

Nesse contexto, os “megassuperávits” obtidos anteriormente com as exportações forneceram o capital e a desregulamentação financeira facilitou o acesso ao crédito e aos empréstimos, o que inevitavelmente criou o ambiente propício para a especulação. Por sua vez, essa especulação fez com que os ativos (sobretudo imóveis e ações) ficassem excessivamente valorizados no mercado imobiliário e na Bolsa de Tóquio, o que se chamou popularmente de “bolha especulativa”. Na virada da década de 80 para a década de 90, essas bolhas estouraram e muitas empresas, principalmente aquelas do setor bancário, foram à bancarrota ou ficaram em sérias dificuldades. Com o colapso do setor financeiro, não tardaram os seus reflexos sobre o setor produtivo e, assim, deu-se um longo período de estagnação.

Frente aos efeitos da crise como o desemprego e o baixo desempenho econômico, o governo japonês tentou superar a crise de várias formas. Uma delas foi o tradicional aumento de gastos públicos com infraestrutura, mas acabou-se caindo no que os economistas chamam de “armadilha de liquidez”, ou

seja, quando o aumento do dinheiro circulante não é capaz de reaquecer a economia. Em função disso, o governo japonês acabou sendo acusado de aumentar o déficit público com obras inúteis.

Por mais de uma vez tentaram-se medidas nesse sentido, mas não se obtiveram os efeitos desejados. Alguns analistas apontam que a descontinuidade dessas medidas comprometeu a sua efetividade, outros defendem que isso acontecia porque o mercado consumidor externo ainda era mais importante para a economia japonesa do que o interno, isto é, o seu potencial de produção era maior do que seu potencial de consumo. Ainda há aqueles que apontam que medidas baseadas em aumento de liquidez têm efeitos distintos em países de perfil consumista em relação àqueles de perfil poupador. Como o Japão era do segundo tipo, com esse tipo de medida não se poderia esperar uma que a demanda interna se intensificasse muito.

Além dos fatores mencionados acima, outros motivos, alguns um tanto quanto controversos, são comumente relacionados com a não-superação da persistente estagnação tais como: o conservadorismo e a morosidade do governo japonês em função de supostos compromissos do Partido Liberal com determinados grupos de interesse (essa tese estará à prova em breve em função da recente vitória da oposição nas eleições); o envelhecimento da população japonesa combinada com a diminuição da jornada de trabalho; a maior vulnerabilidade da economia japonesa às crises mundiais em função do grau de internacionalização econômica; as denúncias de corrupção no governo; etc.

Nas eleições japonesas desse ano, as pesquisas de opinião indicavam que a maioria do eleitorado ainda achava que a prioridade do novo governo deveria ser a retomada do crescimento, como se para a opinião pública o bom desempenho econômico antecederesse qualquer aspiração a um protagonismo internacional mais eminente. Sabe-se, pois, que a perda de importância relativa do Japão no cenário asiático e mundial não se deve apenas à ascensão meteórica da China, mas também à sua própria incapacidade de superar a estagnação. Assim, enquanto os japoneses tentam não entrar numa terceira década perdida,

alguns de seus vizinhos asiáticos vivem seus milagres econômicos, atraindo para si os holofotes que na década de 80 estavam sobre o Japão.

(1973-1990). Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. (Tese de Doutorado).

Referências

- FREEBORN, Robert M. (1984). Eclipse of the Rising Sun. Alhambra: Freeborn Family Organization.
- KASE, Toshikazu (1951). Eclipse of the Rising Sun. London: Jonathan Cape.
- KOSAKA, Masataka. The International Economic Policy of Japan. In: SCALAPINO, Robert A. (ed.) (1977). The Foreign Policy of Modern Japan. Los Angeles: University of California Press.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira (1991). A Economia Política do Japão: Reestruturação Econômica e seus Impactos sobre as Relações Nipo-Brasileiras

Recebido em 24/10/2009

Aprovado em 26/10/2009

Resumo: O artigo discute três elementos importantes para a compreensão da estagnação japonesa.

Abstract: The article discusses three important points to comprehend the Japanese stagnation.

Palavras-chave: estagnação japonesa; década perdida; inserção japonesa

Key words: Japanese stagnation; lost decade; Japanese insertion



E o Nobel da Paz vai para... Obama?!

And the Nobel Peace Prize goes to... Obama?!

FERNANDO CAVALCANTE*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 26 a 27]

Barack Obama é o mais novo laureado com o Prêmio Nobel da Paz. O anúncio foi feito na manhã do último 9 de Outubro no Instituto Nobel da Noruega, em Oslo. Segundo o Comitê responsável pela decisão, o mais prestigiado prêmio para a preservação e promoção da paz foi concedido ao atual Presidente dos EUA “pelos seus extraordinários esforços para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos”. Com a decisão deste ano, o Comitê entrega o galardão mais propriamente como um sinal de apoio ao discurso do atual Presidente, e não como um reconhecimento às suas ações concretas.

O Prêmio Nobel da Paz, de acordo com o testamento de Alfred Nobel, deve ser entregue à pessoa que tiver feito “o maior ou o melhor trabalho pela fraternidade entre as nações, pela abolição ou redução dos exércitos permanentes e pela realização ou promoção de congressos de paz”. O prêmio consiste em um diploma, uma medalha e uma considerável quantia pecuniária, cujo valor atual é de 10 milhões de Coroas suecas (aproximadamente 2,5 milhões de Reais).

A nomeação do Comitê norueguês, contudo, mais do que apenas o reconhecimento do trabalho dos laureados, tem também um forte caráter político. Em 2006, o Comitê concedeu o Nobel da Paz ao Banco Grameen e ao seu co-fundador, Muhammad Yunus (Bangladesh), que apontaram uma perspectiva alternativa para a construção da paz from below ao estimularem o desenvolvimento econômico e social de pequenos produtores regionais por meio da concessão de micro-linhas de crédito. No ano seguinte, a agenda ambiental ganhou ainda mais peso após a premiação do Painel Intergovernamental sobre

Mudanças Climáticas e de Al Gore (EUA). Em 2008, o Nobel da Paz foi para Martti Ahtisaari, num claro reconhecimento não apenas ao longo envolvimento do ex-Presidente da Finlândia na resolução de conflitos em diversos países, mas também a um recorrente instrumento diplomático para a construção da paz: a mediação. Além do caráter político, contudo, os últimos vencedores apresentavam uma longa experiência prática, mesmo que em diferentes níveis e áreas de atuação.

Seguindo a linha dos últimos anos, portanto, a expectativa era que o prêmio Nobel deste ano fosse dedicado a algum ativista. Embora não houvesse favoritos entre os especialistas, alguns nomes eram frequentemente citados como possíveis vencedores. Os mais frequentes eram: Sima Samar, presidente de uma organização independente de promoção dos direitos humanos no Afeganistão; Piedad Córdoba ou mesmo Ingrid Betancourt, políticas colombianas que lutam contra a violenta atuação das Farc no seu país; Ju Jia, dissidente chinês; ou Morgan Tsvangirai, candidato à Presidência do Zimbábue derrotado pela máquina de opressão de Robert Mugabe.

Este ano, ao premiar um político sem experiência prévia notória em questões internacionais, o Comitê Nobel Norueguês acentuou o caráter político do seu prêmio e buscou alinhar a sua orientação política à visão de Obama de um mundo pautado pela diplomacia internacional, pelo multilateralismo e pelo abandono às armas nucleares. E não poderia ter sido de outro modo, uma vez que os dez meses de Obama à frente da Casa Branca não permitiram ao Comitê uma avaliação concreta dos resultados de suas políticas. Aliás, a própria nomeação do Presidente

* Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (fcavalcante@ces.uc.pt).

indicava neste sentido, uma vez que o prazo para a apresentação de nomeações ao Nobel da Paz foi encerrado no dia 1 de Fevereiro, apenas 11 dias após a posse do Presidente, quando tudo era expectativa decorrente da “Obama-mania”.

É certo que a vitória eleitoral de Obama foi um marco na história política dos Estados Unidos e que a sua postura em relação a diversos temas de política externa abriram a possibilidade de uma nova era na política internacional – especialmente após oito anos das trapalhadas de George W. Bush. De fato, logo nos primeiros dias da sua Presidência, Obama assumiu uma postura de maior cooperação entre as nações e uma política externa bem menos ofensiva que a do seu antecessor na Casa Branca.

Logo nos primeiros dias após sua posse, Obama determinou o fechamento da prisão de Guantánamo e proibiu terminantemente o recurso à tortura pelas agências do seu país. Da mesma forma, ele deu o tom das relações dos EUA com o mundo islâmico ao afirmar que os americanos não eram os seus inimigos. O Presidente foi ainda rápido ao nomear o ex-senador George Mitchell como enviado especial para o Oriente Médio – este, por sua vez, faria a sua primeira viagem a Israel quase que imediatamente a seguir, numa clara tentativa de retomar as conversações de paz entre israelenses e palestinos. Obama também declarou suas intenções de mudar o foco principal das ações norte-americanas do Iraque para o Afeganistão.

A consistência deste discurso seria mantida também em outros igualmente importantes temas da política externa norte-americana. O Presidente declarou que começaria “do zero” as suas relações com a Rússia, “estendeu a mão” para conversar com Mahmoud Ahmadinejad sobre o programa nuclear iraniano e abriu a possibilidade de conversas bilaterais com o regime do ditador norte-coreano Kim Jong Il.

Nenhuma dessas promessas e declarações, contudo, teve resultados concretos mensuráveis até o presente momento. A concessão do Nobel da Paz deste ano, portanto, além de ressaltar o caráter político do prêmio, confere à Obama um maior dever na promoção da paz nos próximos anos. Resta saber se o Presidente poderá responder à altura da homenagem que lhe foi prestada.

Recebido em 09/10/2009
Aprovado em 10/10/2009

Resumo: O artigo discute o significado da premiação de Barack Obama com o Prêmio Nobel da Paz.

Abstract: The article discusses the meaning of awarding Barack Obama the Nobel Peace Prize.

Palavras-chave: Nobel da Paz, Barack Obama
Key words: Nobel Peace Prize, Barack Obama



Recentes prisões marcam boa fase dos últimos anos do Tribunal de Arusha

The late arrests mark the Arusha tribunal good moment in its last years

AMANDA REZENDE*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 28 a 30]

Entre os meses de setembro e outubro deste ano, as atividades do Tribunal Penal Internacional para Ruanda – ICTR, em sua sigla em inglês – passaram a ser noticiadas com certa frequência em sites de notícias e jornais internacionais como *International Herald Tribune*, *BBC* e *CNN* em função de duas novas prisões (Idelphonse Nizeyimana e Gregoire Ndahimana) de uma lista de treze fugitivos elaborada pelo Tribunal e de resultado do terceiro julgamento (Tharcisse Renzaho) ocorrido em 2009.

Amparado pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o ICTR foi criado pela resolução 955 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 8 de novembro de 1994, para julgar as graves violações ao direito internacional humanitário cometidas em Ruanda (de abril a julho de 1994, com a morte de aproximadamente oitocentos mil tutsis e hutus moderados). Pela resolução 977, de 22 de fevereiro de 1995, determinou-se a localização do Tribunal na cidade de Arusha, Tanzânia. Conhecido também como Tribunal de Arusha, seu principal objetivo é contribuir para a reconciliação nacional em Ruanda e para a manutenção da paz na região, com a prerrogativa de processar as pessoas responsáveis pelo genocídio e por outras violações de direito internacional cometidas em território ruandês e em Estados vizinhos, entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1994.

Kingsley Moghalu – ex-Conselheiro Especial e ex-Porta-voz do ICTR –, em sua obra sobre a justiça internacional em Ruanda, avaliou que o maior impacto do Tribunal consistiu no estabelecimento de normas

de direito internacional e de comportamento político. Aponta, ainda, a existência de limitações na atuação do órgão: normativas, o direito penal constitui apenas resposta reativa e não consegue erradicar as causas dos problemas que levam ao cometimento de crimes dessa natureza; temporal, restringida ao ano de 1994, quando deveria cobrir o período de 1990 a 1994; e cobertura deficitária da mídia com relação aos resultados do Tribunal (Moghalu, 2005).

O fato de apresentar-se como fórum adicional à justiça interna ruandesa, por solicitação do Governo de Ruanda e mediante constatação da clara incapacidade do Estado em dar continuidade aos processos conduzidos pelo Tribunal; ter registrado o planejamento e a execução do genocídio em seus mais altos níveis estatais; e contribuir para o banimento de extremistas políticos de Ruanda a fim de facilitar o desenvolvimento de uma cultura democrática são alguns pontos elencados pelo autor para contextualizar a relevância do ICTR (Moghalu, 2005).

O documento *Report on the completion strategy of the International Criminal Tribunal for Rwanda* indica que os julgamentos no âmbito do ICTR devem ser encerrados em 2010 e aponta como um dos maiores desafios a apreensão de bens, bem como a prisão e transferência para Arusha, de Félicien Kabuga. Empresário milionário ruandês, Kabuga foi responsável pelo financiamento da *Radio Television Libre des Milles Colines* (RTL) e suspeito de financiar esquadrões da morte e a importação de facões e outras armas utilizadas nos massacres de 1994.

* Especialista em Ciência Política e mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (amandarezende@yahoo.com.br).

É considerado, nas palavras de um sobrevivente do genocídio, o “Osama Bin Laden de Ruanda”. Outros antigos funcionários do governo à época do genocídio são prioridades para o Tribunal: Augustin Bizimana, Ministro da Defesa; Maj. Protais Mpiranya, Comandante da Guarda Presidencial; Cap. Iddephonse Nizeyimana, principal agente de inteligência militar e operações na agência de inteligência do país – ESO (UN Security Council, 2009).

Dentre os fatos noticiados nos últimos dois meses, o de maior notoriedade foi a prisão de Idelphonse Nizeyimana em Uganda, seguida de sua extradição para a Tanzânia, por ser um dos fugitivos mais procurados pelo Tribunal, em razão de sua posição de destaque no genocídio. Acusado de organizar a matança de milhares de pessoas, foi o responsável também pelo assassinato da rainha tutsi Rosalie Gicanda, figura simbólica para os tutsis.

Conforme relatório de 1999 da ONG *Human Rights Watch*, soldados hutus tiraram a rainha Rosalie Gicanda, que tinha aproximadamente 80 anos, de sua casa em Butare e mataram-na a tiros atrás do Museu Nacional. Várias das acompanhantes da rainha tiveram o mesmo destino. Nizeyimana também é acusado de ordenar o estabelecimento de barreiras para evitar a fuga de Tutsis e comandar o assassinato de professores e estudantes na Universidade de Butare, com o intuito de exterminar a *intelligentsia* tutsi.

Assim como outros dois milhões de hutus, Idelphonse Nizeyimana se refugiou na República Democrática do Congo. Acredita-se ter atuado ativamente em território congolês liderando a Frente Democrática para Libertação de Ruanda (FDLR), exército rebelde pró-hutu envolvido em vários ataques – há indicação de o grupo ter sido responsável pela morte de aproximadamente mil civis somente este ano, além de atear fogo em crianças – na República Democrática do Congo e visto como ameaça para a segurança da Região dos Grandes Lagos. Indiciado em 2000 pelo ICTR, Nizeyimana foi preso em um modesto hotel de Rubaga, subúrbio da capital ugandense Kampala, pelo *National Central Bureau of Interpol*. Ele planejava ir do Congo ao Quênia portando documentos falsos. Esse fato marca a segunda cooperação das autoridades de Uganda com o Tribunal.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon saudou a prisão e convocou outros países a colaborarem com o Tribunal de Arusha. O atual porta-voz do ICTR, Ronald Amoussouga, declarou que essa prisão representa avanço importante para o Tribunal e, mais ainda, para a questão da justiça. Uganda reclama agora a recompensa de US\$ 5 milhões prometida pelos Estados Unidos, como parte de seu programa de perseguição contra terroristas e perpetradores de crimes contra a humanidade.

Os desafios que se delineiam no Tribunal até a data prevista para o encerramento de suas atividades, no próximo ano, são a prisão e condenação de Félicien Kabuga e o indiciamento de integrantes da Frente Patriótica Ruandesa (RPF) acusados de violar regras de direito internacional humanitário. Esta tem gerado inúmeras controvérsias, considerando que, não fosse a atuação da RPF em 1994, os genocidas teriam alcançado seu objetivo final, eliminar os tutsis de Ruanda. Por outro lado, o tribunal é chamado, de tempos em tempos, a demonstrar sua imparcialidade no indiciamento de membros do atual governo de Ruanda a fim de superar a perspectiva de justiça dos vitoriosos.

Referências bibliográficas:

- BBC. “*Rwanda queen-killing suspect held*”. BBC, 6 out. 2009. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/8292252.stm]. Acesso em: 6 out. 2009
- GETTLEMAN, Jeffrey. “*Major Suspect in Genocide of Rwandans Is Captured*”. *International Herald Tribune*, 6 out. 2009. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2009/10/07/world/africa/07rwanda.html?_r=1&scp=1&sq=rwanda%20tribunal&st=cse]. Acesso em: 6 out. 2009.
- MOGHALU, Kinsley C. (2005). *Rwanda’s Genocide: The Politics of Global Justice*. 1 ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 242 p.
- NTALE, Samson. “*Rwanda genocide suspect arrested, extradited*”. CNN, 6 out. 2009. Disponível em: [http://edition.cnn.com/2009/WORLD/africa/10/06/rwanda.genocide.arrest/index.html]. Acesso em: 6 out. 2009.

REUTERS. "Rwanda Genocide Suspect Is Arrested". *International Herald Tribune*, 6 out. 2009. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/reuters/2009/10/06/world/international-rwanda-genocide.html?scp=4&sq=rwanda%20tribunal&st=cse>]. Acesso em: 6 out. 2009.

REUTERS. "Rwanda Genocide Suspect Arrested". *International Herald Tribune*, 6 out. 2009. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/reuters/2009/10/06/world/international-uk-rwanda-genocide.html?scp=5&sq=rwanda%20tribunal&st=cse>]. Acesso em: 6 out. 2009.

THE ASSOCIATED PRESS. "Top Rwanda Genocide Suspect Caught in Uganda". *International Herald Tribune*, 6 out. 2009. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/aponline/2009/10/06/world/AP-AF-Rwanda-Genocide.html?scp=2&sq=rwanda%20tribunal&st=cse>]. Acesso em: 6 out. 2009.

THE ASSOCIATED PRESS. "Uganda Wants \$5m for Arrest of Genocide Suspect". *International Herald Tribune*, 8 oct. 2009. Disponível em: [<http://www.nytimes.com/aponline/2009/10/08/>

[world/AP-AF-Uganda-Rwanda-Genocide.html?scp=6&sq=rwanda%20tribunal&st=cse](http://www.nytimes.com/world/AP-AF-Uganda-Rwanda-Genocide.html?scp=6&sq=rwanda%20tribunal&st=cse)]. Acesso em: 8 out. 2009.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (2009). *Report on the completion strategy of the International Criminal Tribunal for Rwanda*. Disponível em: [<http://www.ictt.org/default.htm>]. Acesso em: 10 out. 2009.

Recebido em 11/10/2009

Aprovado em 13/10/2009

Resumo: Prisões de fugitivos de Ruanda marcam boa fase do Tribunal de Arusha, previsto para encerrar seus julgamentos em 2010.

Abstract: Arrests of Rwandan fugitives mark the Arusha tribunal good moment, with the tribunal's deadline to complete trials established for 2010

Palavras-chave: África; Ruanda; Tribunal de Arusha

Key words: Africa; Rwanda; Arusha Tribunal



Separando o jurídico do político: a responsabilidade do Brasil na crise hondurenha

Separating the legal from the political: the responsibility of Brazil in the Honduran crisis

THOMAZ FRANCISCO SILVEIRA DE ARAUJO SANTOS*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 31 a 32]

Desde o início do envolvimento do Brasil na crise hondurenha a mídia nacional tem procurado a ajuda de profissionais de diversas áreas para entender a dinâmica desse fenômeno e, principalmente, o papel desempenhado pela diplomacia brasileira nesse conflito. Historiadores e especialistas em relações internacionais têm contribuído para a explicação e a compreensão do problema, mas as manifestações de alguns juristas têm deixado a desejar por, pelo menos, dois motivos.

Em primeiro lugar, algumas imprecisões conceituais em matéria de Direito Internacional constantes nos pronunciamentos e textos desses juristas confundem o público e podem até mesmo passar uma idéia equivocada da conduta brasileira quanto à presença do presidente deposto Manuel Zelaya na Embaixada do país em Tegucigalpa. Em segundo lugar, certas declarações fazem um juízo mais político que jurídico da posição brasileira quanto à crise em Honduras, por vezes deixando de analisar se Honduras e Brasil estão violando ou não suas obrigações internacionais. Logo, a presente análise pretende esclarecer as questões de Direito Internacionalis levantadas pela crise hondurenha e diferenciar as dimensões política jurídica e política na atuação da diplomacia brasileira na presente crise.

Inicialmente, cumpre esclarecer que os erros conceituais mais comuns cometidos quando é feita referência à crise hondurenha são as afirmações de que (1) a Embaixada do Brasil em Tegucigalpa é considerada extensão do território nacional e (2) o Brasil não pode abrigar o presidente deposto a não ser na condição de asilado e tem a obrigação de definir seu

status na Embaixada em Honduras. Em primeiro lugar, já é consagrado no Direito Internacional que a sede de uma missão diplomática deve ser considerada como uma concessão feita pelo estado Estado acreditado para fins de representação do estado Estado acreditante, ou seja, permanece como território nacional do primeiro, independentemente de quem seja o proprietário do imóvel em que se localiza a missão. A inviolabilidade da missão diplomática, conforme consagrada na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, garante que as autoridades locais não podem exercer atos de autoridade na sede da missão ou sequer penetrar nos locais da missão sem autorização do chefe daquela, mas em momento alguma permite a equiparação da sede com o território do Estado acreditante.

Em segundo lugar, as afirmações de que a permanência do presidente deposto Manuel Zelaya na Embaixada brasileira é ilegal, a não ser na condição de asilado, e de que o Brasil tem de definir o seu status perante o governo de facto de Honduras não prosperam por diversos motivos. Segundo a Convenção sobre Asilo Diplomático, de 1954, a concessão do status de asilado é cabível naqueles casos em que a pessoa sofre de perseguição por motivos ou delitos políticos e pretende deixar o país em que se encontra, e para tanto recorre ao abrigo de uma Embaixada. No caso de Zelaya, ocorreu o contrário, pois ele retornou a Honduras e, posteriormente, requisitou abrigo na embaixada Embaixada brasileira, não se configurando, portanto, a condição de asilado. Além disso, assim como a Embaixada brasileira pode receber um chefe de estado Estado em visita

* Doutorando em direito pela Universidade Federal do Rio Grando do Sul – UFRGS (thomazs@gmail.com).

oficial, nada impede que ela possa receber e abrigar um chefe de estado Estado que ela reconhece como legítimo e mantê-lo nas suas instalações como um convidado, situação que de forma alguma viola as obrigações internacionais do Brasil. Logo, a condição de permanência do presidente deposto de Honduras na embaixada Brasileira não se configura como sendo ilegal. Por fim, o prazo dado pelo governo de facto de Honduras para definição do status de Manuel Zelaya não encontra respaldo algum no Direito Internacional, não estando, portanto, o Brasil obrigado a obedecer esse ultimato.

O que mais preocupa mais, no entanto, não são esses pequenos equívocos conceituais cometidos pelos juristas brasileiros mencionados, mas sim a manifestação de opiniões flagrantemente contrárias ao Direito Internacional por motivos de discordância política com a diplomacia brasileira na crise hondurenha. Quando, por exemplo, um professor de Direito Internacional, afirma que uma eventual invasão da embaixada Brasileira é juridicamente possível, ainda que diplomaticamente truculenta, tal declaração vai completamente de encontro à Convenção de 1961, que garante a inviolabilidade da missão em caso de rompimento das relações diplomáticas e até de conflito armado. A discordância quanto à conduta da diplomacia brasileira na crise hondurenha é perfeitamente factível do ponto de vista político, mas isso não significa que a estrutura normativa das relações internacionais possa ser plenamente desconsiderada quando da análise do caso hondurenho.

Em termos de responsabilidade política, o Brasil pode, sim, ter rompido com uma longa tradição diplomática de respeito à soberania nacional dos Estados e de não-envolvimento intervenção em conflitos internos nesses países e outros Estados, mas essa responsabilidade política deve ser diferenciada e separada da responsabilidade jurídica por violação de obrigações internacionais. Da parte do Brasil, pode-se aventar uma eventual responsabilidade segundo o artigo 41 da Convenção de 1961, por violação do dever de "não se imiscuir nos assuntos internos" de Honduras ao receber Manuel Zelaya e abrigá-lo em sua embaixada Brasileira. Contudo, é discutível se o mero abrigo dado pela missão brasileira já se configuraria em uma violação do aludido dever, uma vez que os negociadores da Convenção tinham em mente evitar

a intervenção direta de nações estrangeiras na política interna do Estado acreditado. Já a responsabilidade jurídica do governo de facto de Honduras é indiscutível no que diz respeito às obrigações contidas na Convenção de 1961, especialmente a liberdade de movimento do pessoal da missão, garantida pelo artigo 26, e a liberdade de comunicação, garantida pelo artigo 27. Ao determinar que as pessoas que deixarem a Embaixada, inclusive diplomatas brasileiros e suas famílias, não poderão a ela retornar, a liberdade de movimento está sendo flagrantemente violada, bem como a liberdade de comunicação, uma vez que, além de cortes de energia e telefone terem ocorrido, as ligações por telefones celulares têm sido bloqueadas.

Logo, manifestações e declarações criticando a conduta da diplomacia brasileira na crise hondurenha sob uma perspectiva política são perfeitamente legítimas e, em alguma medida, corretas. No entanto, quando a discordância política e a análise jurídica se confundem na discussão dessa crise, é grande o risco daquelas manifestações e declarações conterem não só pequenos deslizes conceituais, mas também de desconsiderarem as normas internacionais vigentes e a conseqüente responsabilidade internacional das partes na crise em questão. Portanto, a separação do político e do jurídico e do político na análise da presente crise hondurenha não se trata de uma opção para quem analisa, mas sim de uma necessidade para da própria análise.

Recebido em 05/10/2009

Aprovado em 07/10/2009

Resumo: A análise pretende esclarecer as questões de Direito Internacional levantadas pela crise hondurenha, separando o jurídico do político na atuação da diplomacia brasileira nessa crise.

Abstract: The analysis aims at clarifying the International Law issues raised by the Honduran crisis, separating the legal from the political in the actions of the Brazilian diplomacy in this crisis.

Palavras-chave: crise em Honduras; Direito Internacional; diplomacia brasileira

Key words: crisis in Honduras; International Law; Brazilian diplomacy